

O PÚBLICO E O PRIVADO NA GESTÃO E FINANCIAMENTO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS PÚBLICOS: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DA REDE VENCER, COORDENADO PELO INSTITUTO AYRTON SENNA

Vera Maria Vidal Peroni – UFRGS

veraperoni@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como base uma pesquisa realizada em dois municípios do Rio Grande do Sul, que objetivou analisar quais são as conseqüências da parceria público/ privado para o sistema público de educação de dois municípios do Rio Grande do Sul, por meio do estudo dos programas do Instituto Ayrton Senna (IAS). Concluímos que os sistemas de ensino passam a definir suas atividades de acordo com as determinações do Instituto, tanto na área de gestão como quanto na pedagógica, redefinindo não apenas o espaço público, mas também sua autonomia.

Palavras chave: parceria público/privado na educação; financiamento da educação; gestão da educação.

Este artigo visa a analisar as conexões entre o público e o privado, através do estudo dos programas coordenados pelo Instituto Ayrton Senna¹, instituição sem fins lucrativos que realiza ações educativas, vinculadas a redes de ensino influenciando nas políticas educacionais.

Objetivamos continuar os estudos² acerca do modo como estão se materializando, na política educacional, as redefinições do papel do Estado, mais especificamente as redefinições ocorridas nas propostas de gestão. Neste contexto, a relação público/privado ganha novos contornos, ou mudando a execução das políticas repassando para o público não-estatal ou o privado, ou mudando a lógica de gestão do público, tendo como parâmetro o privado.

Analisaremos a influência da parceira público/privada para o conteúdo das políticas públicas de educação, isto é, à lógica privada mercantil no sistema público, tanto influenciando a gestão, quanto o currículo das escolas, e em alguns casos até formando professores. Apresentamos o Instituto Ayrton Senna (IAS), mas poderíamos apresentar muitas outras que atuam na educação com essas mesmas características.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira, analisaremos a relação entre o diagnóstico neoliberal, incorporado pela Terceira Via, de que o “culpado” pela

¹ Este texto é parte da pesquisa Parcerias na Gestão da Escola Pública, realizada em municípios do Rio Grande do Sul, por pesquisadores do Núcleo de Política e Gestão da Educação da UFRGS.

² Iniciamos a pesquisa no doutorado com a tese: redefinições do papel do estado e a política educacional no Brasil dos anos 90. A continuidade do tema veio com a pesquisa: Programa Dinheiro direto na escola: uma redefinição do papel da escola na educação? , Projeto Interinstitucional, coordenado por esta pesquisadora, concluído em 2005 e publicado pelo INEP em 2007 .

crise é o Estado, e as estratégias propostas que fundamentam o Plano de Reforma do Estado no Brasil (BRASIL, MARE, 1995) e propõem a parceria entre público e privado para a execução das políticas educacionais. Na segunda parte, apresentaremos o IAS e as orientações gerais do Programa Rede Vencer. Na terceira parte apresentamos dados da pesquisa e algumas conclusões.

A REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO PÚBLICO E PRIVADO

A análise proposta neste trabalho baseia-se no pressuposto teórico-metodológico de que a educação não é determinada pelas mudanças no âmbito macro social, mas é parte delas, isto é, a política educacional, assim como todas as políticas sociais e econômicas materializam as redefinições do papel do Estado. O Estado, por sua vez, não é um ente que paira acima da sociedade e seus conflitos. Assim, temos como pressuposto o fato de que a política educacional não é, simplesmente, determinada pelas mudanças que estão ocorrendo na redefinição do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas mudanças (PERONI, 2003).

Portanto, é importante analisar a política educacional atual no contexto da redefinição do papel do Estado, que está inserida em um movimento maior do capitalismo que, na tentativa de superar sua crise, estabeleceu como estratégias principais o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva e a terceira via (PERONI, 2006). Mas é importante frisar que não entendemos como uma relação de determinação, assim como não é simplesmente uma expressão do que ocorre na esfera macro-social, ela é parte do mesmo movimento histórico.

Com essa perspectiva teórica, apresentaremos o contexto social atual e principalmente a influência das teorias Neoliberal e Terceira Via para a reconfiguração entre público e privado, para analisarmos a parcerias público/privado na educação como parte deste processo.

As teorias Neoliberal e Terceira Via têm em comum o diagnóstico de crise, de que o culpado é o Estado, mas propõem estratégias diferentes de superação: o Neoliberalismo defende a privatização e a Terceira Via, o Terceiro Setor. Nos dois, o Estado não é mais o responsável pela execução das políticas sociais: um repassa para o mercado e o outro para a chamada sociedade civil sem fins lucrativos.

Outra questão que difere as teorias é a relação com a democracia. Enquanto para o Neoliberalismo a democracia atrapalha o livre andamento do mercado, pois deve atender a demanda dos eleitores para se legitimar, o que provoca o déficit fiscal, para a Terceira Via a democracia deve ser fortalecida. Giddens (2001) fala em democratizar a democracia, mas o problema é que a democracia é entendida como a sociedade assumindo tarefas que até então eram do Estado. Participação significa responsabilização na execução de tarefas. Assim, verificamos uma separação entre o econômico e o político, o esvaziamento da democracia como luta por direitos e das políticas sociais como a materialização de direitos sociais. A seguir, analisaremos as duas teorias enfocando esta discussão.

Para a teoria neoliberal não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado e diminuir sua atuação para superar a crise. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, portanto, a lógica do mercado deve prevalecer inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo. Mas, apesar de hegemônica, esse não é o único entendimento com relação à crise. Para autores como Mézàros (2002), Antunes (1999) e Harvey (1989), a crise atual não se encontra no Estado, é uma crise estrutural do capital. As estratégias de superação da crise como o Neoliberalismo, a Globalização, a Reestruturação Produtiva e a Terceira Via é que estão redefinindo o papel do Estado.

Conforme o diagnóstico neoliberal, o Estado entrou em crise, tanto porque gastou mais do que podia para se legitimar, já que tinha que atender às demandas da população por políticas sociais, o que provocou a crise fiscal, quanto porque, ao regulamentar a economia, atrapalhou o livre andamento do mercado. As políticas sociais, para a teoria neoliberal, são um verdadeiro saque à propriedade privada, pois além de distribuírem renda, atrapalham o livre andamento do mercado, na medida em que os impostos oneram a produção.

O papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais por meio da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos) (PERONI, 2006, p. 14).

Neste redesenho, verificamos que o Estado se retira da execução e permanece com parte do financiamento (propriedade pública não-estatal), mas também, o que permanece sob a propriedade do Estado passa a ter a lógica de mercado na gestão.

Bresser Pereira (1996), teórico da Reforma do Estado no Brasil, tem como base teórica e política a Terceira Via, que se coloca como uma alternativa ao Neoliberalismo. Assim, a questão a discutir é se realmente foi uma alternativa ao Neoliberalismo, já que não rompeu com o diagnóstico inicial de que a crise está no Estado.

No Plano de Reforma do Estado no Brasil (1995), as políticas sociais foram consideradas serviços não-exclusivos do Estado e, assim sendo, de propriedade pública não-estatal ou privada. As estratégias de reforma do Estado no Brasil são: a privatização, a publicização e a terceirização. Terceirização, conforme Bresser Pereira, é o processo de se transferirem para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio. A publicização consiste “na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta”. O conceito de publicização significa “transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, pública, não-estatal” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 7- 8).

Ainda conforme Bresser Pereira, “essas são atividades competitivas e podem ser controladas não apenas através da administração gerencial, mas também e, principalmente, através do controle social e da constituição de quase-mercados”. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 8). É importante atentar que “quase mercado” quer dizer que a lógica de mercado é a que orientará a ação Estatal.

Observamos assim, um desmonte das instituições mais “vulneráveis à correlação de forças” e um fortalecimento das instituições consideradas mais eficientes e produtivas. Mais do que racionar recursos, pois é através do dinheiro público que as instituições privadas estão agindo, a questão é a lógica de mercado.

Realizamos a pesquisa nacional sobre o Programa Direto na Escola³, como uma das facetas deste redesenho do papel do Estado. E agora, apresentamos o estudo acerca da parceria entre o sistema público de educação e o Terceiro Setor, através da análise do Instituto Ayrton Senna, que coordena o Programa Rede Vencer, e tem influenciado as políticas públicas municipais.

O Instituto Ayrton Senna (IAS), organização não-governamental sem fins lucrativos foi fundado em novembro de 1994. O Instituto, que leva o nome do piloto de automobilismo, foi criado por sua família e é presidido por Viviane Senna, sua irmã.

Conforme dados constantes no *site*⁴ da organização, sua meta principal é criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs.

Atualmente, são atendidas 7.896.146 crianças e jovens, envolvendo 410.770 educadores, 1.360 municípios atingidos em 25 estados. E 161,7 milhões de reais investidos. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2007. on-line)⁵

O Instituto justifica a sua atuação afirmando que a rede pública de educação é responsável pela maioria dos 34 milhões de alunos do ensino fundamental, nível de ensino que atende a 97% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade. Nesse sentido, para o instituto, “[...] garantir a qualidade da aprendizagem significa criar oportunidades de desenvolvimento para as crianças e investir na cidadania [...]” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2006. on-line).

Pode-se, ainda, verificar a posição do Instituto, no que se refere à intervenção nas políticas públicas:

[...] os Coordenadores do Circuito Campeão, [...] reuniram-se para analisar os dados dos municípios, informatizados por meio do Siasi [...]. Um recurso com o qual os parceiros contarão será a avaliação externa do IAS, que será aplicada pelos municípios em 100% dos alunos de primeira série, ainda em 2005, e que permitirá um parâmetro do que os alunos devem aprender em cada bimestre letivo (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2006. on-line).

O Instituto informa, ainda, que atua em todo o Brasil por meio do que denomina de tecnologias sociais voltadas às novas gerações:

O Instituto cria, implementa, avalia e sistematiza tecnologias sociais: soluções criativas, flexíveis, eficazes e em escala que geram impacto e transformações permanentes na vida de **crianças e jovens**, dentro da escola (educação formal) e fora dela (educação complementar). (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2006. on-line).

3 Quase todos os membros da equipe desta pesquisa, no RS, participaram da pesquisa do PDDE.

4 <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/> acesso em 8/08/2006

5 <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/> acesso em 28/10/2007

REDE VENCER

A Rede Vencer é um projeto do IAS que afirma ter o objetivo de melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos da rede pública de ensino, articulando conhecimentos de diversas tecnologias sociais desenvolvidas e implementadas pelo Instituto.

As tecnologias sociais que compõem a Rede Vencer são:

- A **correção de fluxo escolar** por meio dos Programas: Se Liga e Acelera Brasil. Se liga pela alfabetização dos alunos defasados e Acelera Brasil pela aceleração da aprendizagem dos alunos defasados;
- A **alfabetização** nas séries regulares do Ensino Fundamental através do Programa Circuito Campeão, de gerenciamento das suas quatro primeiras séries;
- A **gestão das unidades escolares** e das secretarias municipais e estaduais de educação, por meio do Programa Gestão Nota 10.

De acordo com o Instituto:

A rede visa permitir aos municípios parceiros potencializarem as tecnologias já implementadas, atuando de forma integrada junto aos alunos e professores, por um lado, e secretários de educação e dirigentes educacionais, por outro. A Rede visa promover um elevado padrão de qualidade no processo e no resultado da aprendizagem dos alunos, além de propiciar a análise sistemática dos dados educacionais, garantindo intervenções rápidas e eficientes (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2006. on-line).

O registro dos dados educacionais é feito por meio do Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI). Assim, indicadores de sucesso, diagnósticos da realidade educacional, relatórios de acompanhamento, intervenção e avaliações de processo e de resultado pautam o trabalho técnico realizado.

O SIASI registra as informações educacionais dos municípios parceiros por meio da coleta de dados das escolas e da sua consolidação no âmbito das secretarias de educação. O sistema visa a permitir a rápida tomada de decisão a partir de relatórios de análise e de intervenção,

visando à melhoria da aprendizagem e o sucesso do aluno (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2007. on-line).⁶

O Instituto apresenta, ainda, dados para justificar a importância da sua atuação. Menciona que, no Brasil, a rede pública de educação é responsável pela maioria dos 34 milhões de alunos do Ensino Fundamental, etapa de ensino que atende 97% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade e nesse sentido para o instituto “garantir a qualidade da aprendizagem significa criar oportunidades de desenvolvimento para as crianças e investir na cidadania” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2007. on-line).

É interessante ressaltar que, na justificativa de sua atuação, apresenta problemas na qualidade de ensino e assume o que seriam tarefas do Estado para com as políticas públicas de educação:

Dados da realidade educacional brasileira, no entanto, nos mostram o freqüente insucesso do processo de alfabetização, sobretudo nas primeiras séries, com altíssimos índices de reprovação, abandono e distorção entre a idade dos alunos e a série que deveriam cursar.

Além disso, os sistemas educacionais não operam suas redes com foco nos resultados dos alunos, o que configura um problema de gestão (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2006. on-line).

Podemos, ainda, verificar essa posição do Instituto, de intervir nas políticas públicas, em uma informação coletada no seu *site* sobre atividades realizadas nos dias 9 e 10 de junho de 2005, quando

os Coordenadores do **Circuito Campeão**, um programa de acompanhamento das séries regulares do ensino fundamental, reuniram-se para analisar os dados dos municípios, informatizados por meio do SIASI – Sistema Instituto Ayrton Senna de Informações – e **para traçar estratégias de melhoria da educação pública**, começando pelas séries iniciais. Um recurso com o qual os parceiros contarão será a avaliação externa do IAS, que será aplicada pelos municípios em 100% dos alunos de primeira série, ainda em 2005, e que permitirá um parâmetro do que os alunos devem aprender em cada bimestre letivo (<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/>).

No caso da parceria do IAS com o sistema público, verifica-se o quanto o conteúdo da educação é monitorado por meio do SIASI, que estabelece metas e imprime todo um conteúdo educacional. Analisamos dois municípios no Rio Grande do Sul que têm a parceria com o IAS desde 1997. É interessante observar como diferentes sujeitos

⁶ <http://www.redevencer.org.br>, acesso no dia 28/10/2007)

que interagiram neste processo têm diferentes olhares sobre a Rede Vencer. Entrevistamos uma secretária de educação⁷, as coordenadoras da Rede vencer nos municípios, professores e diretores de escola, já que a pesquisa pretende analisar os impactos desta parceria no sistema e na escola. Dados os limites deste trabalho apresento apenas algumas falas, para ilustrar.

A coordenadora da Rede Vencer no município A, quando questionada sobre o Programa Rede Vencer, responde:

A Rede Vencer é de 2005. Antes era a rede Acelera. Ano passado foi a apresentação, as reuniões acontecem em São Paulo, essa da oficialização é feito um contrato de parceria, onde iniciou esse programa Gestão Nota Dez.

O que aconteceu agora quando entrou a Rede Vencer: continuou o município que quisesse com as turmas de aceleração (que temos desde 1997), continuou o acompanhamento de 1º a 4º, um acompanhamento mais detalhado de 1º e 2º série, e também acompanhamento trimestral nos componentes de português e matemática de 5º a 8º e mais toda uma parte de gestão, que é o acompanhamento do trabalho do professor, do coordenador pedagógico, do diretor da escola, e por consequência das pessoas que trabalham na secretaria com esses grupos em escala, coordenador pedagógico, professor, diretor, coordenador, secretaria. (coordenadora do município A, 2006).

Sobre o SIASI, a coordenadora ressalta a importância do diagnóstico:

Assim se tem hoje a sala, a série, quantos livros lidos/mês e quantas faltas, e esse acompanhamento temos mensalmente hoje dentro da Rede Vencer, e isso é inserido mensalmente no sistema do SIASI (Sistema de Informação do Instituto Ayrton Senna).

Tu tens um raio-x completo das escolas, de tudo que lá acontece, e os indicadores que não estão bem (turma com índice de faltas, turma com baixo nível de leitura, tantos alunos que ainda não escrevem lá nas séries iniciais) de fazer um trabalho mais pontal, mês a mês, de ir conversando, de ir trabalhando em cima desses indicadores, buscando o que? Atingir a meta no final do ano. Cada escola traçou o seu plano de metas, a secretaria tem o seu, em cima dos resultados do ano anterior, busca-se alcançar esses resultados agora. (coordenadora do município A, 2006)

⁷ Apenas a Secretária do município B aceitou nos receber.

Uma diretora de escola que acompanhou a parceria com o IAS comenta sobre as diferenças entre o Projeto Acelera e a Rede Vencer:

(...) quando passou a turma de acelera e entrou a Rede Vencer eu acho que a gente perdeu o entusiasmo dos alunos porque daí a gente ficou muito em cima de dados, de cobrança de dados, a turminha de acelera a gente tinha a cobrança de dados em cima de mim, mas eu não tinha noção, eu passava, quem não fazia os temas, quantos livros eles liam por mês, eu tinha uma planilha, tinha que passar, então todo o mês a gente preenchia, mas eu não tenho a noção, cobrança, cobrança, e nem os alunos eu acho, porque não era tão divulgado, depois quando veio à rede vencer virou muita competição, virou, porque a gente tinha os quadros, todas as escolas tinham quadros de frequência, então começaram a ganhar, a turma que faltava menos, depois as reuniões, a escola que está em primeiro lugar em frequência, a escola que está em primeiro lugar em rendimento. (diretora do município B, 2007)

A diretora do município B ressalta a competitividade estimulada entre as escolas e as turmas dentro de uma mesma escola:

(...) então a gente tinha que mandar as planilhas e esta competição que gerou não foi legal. Tanto é que depois a SMED parou, era nomeado, era colocado escola tal e a colocação, 1º, 2º, 3º, último lugar, e a gente começou a ficar mal, voltava da reunião, nossa, fiquei em último lugar, e depois tinha as provas, o instituto aplicava as provas, as avaliações externas, para ver em que nível os alunos estavam, a gente aplicava, e depois vinha os resultados das provas, e também tal lugar. (diretora do município B, 2007)

LAVAL, analisando a avaliação como indutora da qualidade e da competitividade, adverte que essa “instauração do quase-mercado reforça a segregação”, pois “o estabelecimento melhora se já possui capital social entre a população que escolariza” (LAVAL, 2004, p. 172). DALE reforça esse argumento: “(...) as escolas em uma situação de mercado competitivo, são susceptíveis de competir não apenas para poder aceitar algumas categorias de alunos, mas também para rejeitar outras (DALE, 1994, p. 128).

Algumas conquistas históricas nacionais dos educadores na gestão democrática foram vinculadas pelos professores ao IAS, conforme a secretária de educação do município B:

Uma coisa que eu notei foi que se criam muitos mitos em cima de um convênio e que os professores, e é uma culpa nossa, a gente não vai atrás para ver o que é real e o que não é. Quando a gente falou em romper a parceria, as escolas diziam que elas não poderiam romper, porque aí elas perderiam a questão da autonomia financeira das escolas. E eu dizia, não vocês não vão perder, e as escolas diziam, não, nós vamos. O que aconteceu, quando veio o IAS, foi criado a autonomia financeira, e elas achavam que ao terminar o convenio elas perderiam a questão da autonomia financeira, perderiam o convenio do auxilio faculdade, elas atrelaram todos estes pontos ao IAS. (Secretária de Educação município B)

A professora do município B também adverte que havia uma pressão para os professores seguirem normas, pois eram vinculadas ao financiamento, como se o município recebesse pela parceria e ao contrário, o município paga para colocar os dados no SIASI e comprar o material:

(...) a gente não sabia o que vinha exatamente do IAS e o que já era uma decisão da própria secretaria de educação, tudo era tratado como uma decisão do IAS, a gente está fazendo isso porque o instituto pediu, a gente tem que fazer porque o instituto investe na escola, a gente tem que fazer porque é uma exigência do instituto para passar verba para a educação, chegando aqui à gente descobriu que nem existia, esse investimento do Instituto na rede de ensino municipal. (Professora 1 do município B)

Quanto à compra do material didático, a coordenadora do município B diz que:

Estes livros, no caso, nos primeiros quatro anos nós recebemos este material do Instituto Ayrton Senna, e depois disso, nós começamos a comprar este material da editora, que é Editora Global, como é um grande número de livros que eles têm que imprimir, enfim...

A gente compra por unidade, eu não sei o valor preciso, mas acho que está em torno de R\$35,00 ou R\$55,00 o KIT. (coordenadora do município B)

A professora critica o excesso de burocracia, que toma muito o tempo do professor:

(...) Em sala de aula nós preenchíamos três chamadas diárias, uma era fixa na parede que daí tinha o número da aula, o número do dia letivo, que daí tinha que preencher se o aluno tinha feito o tema da casa, se ele não tinha feito, além de fazer chamada, mais uma chamada que era o documento oficial, mais uma chamada que era igual a que ficava na sala fixada na parede, que era entregue depois e supostamente remetido ao IAS. Diariamente nós tínhamos que realizar o Projeto Curtindo as Diferenças, que aí as crianças tinham que realizar a leitura de um livro.

Um dos pontos mais polêmicos da parceria é o controle sobre o conteúdo, e o retrocesso na autonomia da escola e do professor:

(...) a gente tinha uma lista de conteúdos programados que a gente tinha que seguir a risca, então quando o supervisor entrava na sala, ele olhava qual era o número do dia letivo, qual era o sub-projeto e qual era a aula, então, por exemplo, eu tinha dois dias para trabalhar o Símbolo da Páscoa, mas não interessava se os meus alunos estavam interessados em estudar mais, se eles tinham atingido os objetivos do conteúdo, eu tinha três dias para trabalhar a história de Jesus, não interessava se meus alunos tinham atingido ou não os objetivos, se eles estavam interessados, se em um dia eu já tinha conseguido vencer o conteúdo, o que interessava é que eu tinha três dias para trabalhar aquilo e eu tinha que respeitar a regra, todas as turmas da rede de ensino, naquele dia, estavam trabalhando aquele mesmo conteúdo, e isso era, digamos assim, inquestionável. Os temas eles já vinham definidos, era obrigado, tu não debatias com o aluno o que ele queria estudar, tu tinha que a partir daquele dia, trabalhar aquela temática, e durante aquele período que tinha sido pré-definido. E aí de ti se não fizesse certo.

A avaliação que vem pronta do IAS é outro ponto polêmico, já que muito se avançou nos debates acerca da avaliação do processo de aprendizagem e não apenas através de uma prova:

(...) a gente tinha nos meses de abril e setembro, uma avaliação que vinha pronta do instituto, os meus alunos de 1ª série preenchiam 05 páginas de português e 05 páginas de matemática. Sendo que a gente sempre buscava fazer atividades diferenciadas, trabalhar o lúdico, não assustar a criança, e de repente a gente passava uma tarde inteira, da 01 as 05, durante dois dias fazendo uma avaliação, a gente depois tinha que fazer uma correção que nunca se chegava a uma definição de como deveria ser feita, porque cada professor acabava corrigindo, e avaliando levando em consideração o seu ponto de vista, as planilhas com os acertos não nos era remetida por parte do instituto, e só era demonstrada a reunião dos professores, quantos alunos tinham tido sucesso, e quantos tinham tido insucesso naquela avaliação e em nenhum momento aquele material pedagógico era discutido, ou era debatida alguma alternativa para buscar a melhora que não foi atingida naquela avaliação. (professora do município B)

Concordamos com LAVAL quando ele argumenta que a lógica privada no público é mais do que uma questão técnica, não modifica apenas a organização da escola, mas os seus meios e fins: “o que está em jogo não é tanto o desaparecimento da burocracia, mas uma nova etapa no controle do poder de gestão o qual deve penetrar mais na definição dos conteúdos e das relações pedagógicas.” (LAVAL, 2004, p. 191).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apontarmos alguns possíveis impactos para a escola e o sistema público de educação da parceria público/privada, neste período particular do capitalismo, destacamos que, através do SIASI, o IAS monitora a rede pública, determina onde deve melhorar, influencia na gestão da escola, e as redes públicas pagam por esse monitoramento. No caso das Classes de Aceleração e da Alfabetização, Programas da Rede Vencer, os municípios pagam pelos *Kits*, que têm a proposta pronta passo a passo. O Instituto vive principalmente de dinheiro de doações de empresas que, muitas vezes através da renúncia fiscal deixam de pagar impostos, que no mínimo 25% iriam para a educação. Além de perderem esse dinheiro, os municípios pagam o material, e ainda

envolvem toda a rede de ensino público, já que professores, coordenadores pedagógicos, diretores, quadros das secretarias de educação, todos, enfim, passam a definir suas atividades em função das determinações do Instituto, tanto na área de gestão, como na pedagógica, redefinindo assim o espaço público e sua autonomia. Concordamos com Laval quando afirma que: “Embora a escola seja essa instituição especializada na transmissão de saberes, ela participa da educação ‘fato social total’ que engaja todas as dimensões humanas e que é o domínio, por excelência do complexo” (LAVAL, 2004, p. 210).

Retomamos a discussão inicial da importância de entender a parceria público-privado situada no tempo e no espaço e não em abstrato. Neste período particular do capitalismo de redefinições no papel do Estado, são muitas as dimensões da relação público privado.

Como afirma DALE:

o que está envolvido não é tanto uma deslocação direta do público para o privado, mas um conjunto muito mais complexo de mudanças nos mecanismos institucionais através dos quais são regulados o que continuam a ser essencialmente sistemas educativos estatais (DALE, 1994, p. 112).

É importante ressaltar que o eixo das políticas educativas foi se redefinindo. No período de abertura política era centrado principalmente na democratização da escola, mediante a universalização do acesso, e a gestão democrática centrada na formação do cidadão. Atualmente ocorre a mudança dessa centralidade, passando-se a enfatizar a qualidade, entendida como produtividade. O eixo é a busca de maior eficiência e eficácia via controle de qualidade, da descentralização de responsabilidades, da terceirização de serviços e da autonomia da escola.

Os anos 1980 foram marcados por um processo de abertura política depois de um longo período de ditadura. Foi um momento de grande participação popular e de organização da sociedade na luta pelos seus direitos. Nesse contexto, os eixos principais dos movimentos sociais estavam vinculados à democracia, à gestão democrática do Estado, participação da comunidade, enfim, parte do movimento de luta por uma sociedade mais justa e igualitária e por direitos sociais.

Como parte deste movimento, houve avanços na luta pelo direito à educação, entendido não apenas como acesso à escola, mas ao conhecimento e a uma maior participação nas definições educacionais. A gestão democrática passa a ser parte

integrante da luta por educação de qualidade. Mas a construção da democracia encontrou enormes obstáculos. O Brasil viveu um processo de abertura pactuado com as forças da ditadura. E, quando estava avançando alguns passos na participação popular e na luta por direitos sociais, sofreu o impacto das estratégias do capital para superação de sua crise: neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva, que já estavam em curso no resto do mundo e vinham em sentido contrário a esse movimento.(PERONI, 2007)

O esvaziamento do conteúdo da democracia e a separação entre o econômico e o político são evidentes. Perdeu-se a discussão das políticas sociais como a materialização de direitos sociais.⁸

As lutas e conquistas dos anos 1980, de direitos universais, deram lugar à naturalização do possível, isto é, se um Estado “em crise” não deve executar políticas sociais, repassa para a sociedade civil, que vai focalizar nos mais pobres para evitar o caos social. O Estado apenas repassa parte do financiamento, e avalia.

E, essas redefinições do papel do Estado restabelecem as fronteiras entre o público e o privado, principalmente através do público não estatal e do quase-mercado e o esvaziamento da democracia, como direitos, materializada em políticas sociais.

Com o público não estatal a propriedade é redefinida, deixa de ser estatal e passa a ser pública de direito privado. Verificamos alguns movimentos que concretizam a passagem da execução das políticas sociais para o público não estatal: ou através do público que passa a ser de direito privado ou o Estado faz parcerias com instituições do Terceiro Setor para a execução das políticas sociais, ou permanece a propriedade pública, mas com a parceria a lógica do privado interfere no conteúdo da política pública. É o caso do nosso estudo entre o IAS e redes públicas de ensino.

A parceria do sistema público de educação com o Instituto Ayrton Senna materializa bem essa proposta, tanto do público não estatal, pois é assim que o Instituto se considera, quanto do quase-mercado, pois o sistema público acaba assumindo a lógica de gestão proposta pelo setor privado. Quais serão as conseqüências para a gestão da educação pública, principalmente para a gestão democrática da educação, sendo que o Instituto determina como e o que será ensinado, e monitora todos os passos do município, retirando parte de sua autonomia? Como fica a gestão democrática, a

⁸ Sobre a separação entre o econômico e o político na democracia ver Wood (2003)

participação dos segmentos escolares nas definições das políticas educacionais? O que leva o sistema público a procurar este tipo de parceria?

Enfim, constata-se a urgência de investigações aprofundadas sobre o tema, em razão de sua importância para o redesenho do sistema público e para os perigos da apropriação cada vez maior de uma lógica privada no pedagógico das escolas e na formação de professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera M. Vidal. **O público e o privado na educação**. São Paulo: Xamã, 2005.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera M. Vidal. **Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**, Brasília, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise Econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: editora 34, 1996.

_____. **A reforma do Estado dos anos 90 crise e reforma**. Via <http://www.mare.gov.br/reforma>, 3 jun., 1997.

DALE, Roger. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. In: **Educação, Sociedade e Culturas**. n. 12, 1994, Portugal: Edições Afrontamento. pp. 109-139

GIDDENS, Antony. **A Terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 4ª ed. São Paulo, Loyola, 1989.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1. ed. Londrina: Planta, 2004.

MÉSZAROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo** De onde vem, para onde vai? São Paulo: Senac editora, 2001 (série ponto futuro;6)

MULLER, Pierre, SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Traduzido por Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro, Pelotas: Educat, 2002.

PARO, Vitor Henrique. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.14, n.2 (jul./dez.1998)Porto Alegre:ANPAE, 1998.

_____. **Administração escolar**: introdução crítica., São Paulo, Cortez, 2001

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V., BAZZO, V. L. , PEGORARO, L. (org.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. Reforma do Estado e a tensão entre público e privado. In: **Revista SIMPE-RS**, ano 1, vol. 1, ago. 2006a

PERONI, Vera M. Vidal.Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública. In **ECCOS: Revista Científica**. Vol. 8, p. 111-132, jan./jun., São Paulo, 2006b.

_____.Conselhos municipais ed educação em tempos de redefinição do conceito democracia. In: Donaldo Bello. **Conselhos Municipais e Controle Social da Educação**: Descentralização, Participação e Cidadania.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, (no prelo).

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Sites

<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna>

<http://www.redevencer.org.br>

Entrevistas

Secretária de Educação do município B [Entrevista]. 2007. Entrevista concedida a Juliana Lumertz e Daniela Dinis em 11 de setembro de 2007, na Secretaria Municipal de Educação, Arquivos de Pesquisa, Porto Alegre.

Professora do município B [Entrevista]. 2007. Entrevista concedida a Juliana Lumertz e Daniela Dinis em 11 de setembro de 2007, na Secretaria Municipal de Educação, Arquivos de Pesquisa, Porto Alegre.

Coordenadora Pedagógica do município B [Entrevista]. 2007. Entrevista concedida a Vera Maria Vidal Peroni; Daniela Diniz Dahm; Daniela de Oliveira Pires, em 1 de agosto de 2007, na Secretaria Municipal de Educação, Arquivos de Pesquisa, Porto Alegre.

Coordenadora Pedagógica do município A [Entrevista]. 2006. Entrevista concedida a Vera Maria Vidal Peroni; **Juliana Selau Lumertz** , em 30 de maio de 2006, na Secretaria Municipal de Educação, Arquivos de Pesquisa, Porto Alegre.